PARA ONDE VAI A UNIVERSIDADE?[1]

Simon Schwartzman

Subitamente, a universidade é tema nacional. Na época dos vestibulares, estádios se enchem de candidatos, helicópteros distribuem resultados de provas, jornais publicam suplementos especiais, emissoras de rádio fazem transmissões extraordinárias. Depois, é a batalha dos cursinhos, que competem pelo espaço publicitário das TVs e outdoors. O numero de vestibulandos nos grandes centros já não se conta por milhares, mas por dezenas de milhares. As escolas secundárias se amoldam para preparar seus alunos para os exames e disputam qualidade pela percentagem de aprovação e pelas colocações que conseguem para seus candidatos. Os primeiros colocados são heróis instantâneos, dão entrevistas, viram artigo de revista. Passar ou não passar, eis a questão. Moldados pelos professores, motivados pela publicidade, estimulados pelos cursinhos, não querendo ficar atrás de amigos e parentes, incentivados e pressionados pelos pais que querem o melhor para seus filhos, os jovens das escolas secundárias se vêem cada vez mais envolvidos, qual bois para o matadouro, na grande marcha que leva à Universidade Eles sabem que o caminho e difícil, que a mortandade no percurso e alta. Muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Destes, a maioria não sabe bem o que é a Universidade, que tipo de formação os espera, o que farão dela depois. Mas estes são problemas para mais tarde. Agora, a questão é passar.

A pressão formidável sobre o sistema universitário fez com que ele, finalmente, terminasse por abrir suas comportas. Em 1960, havia 96 mil estudantes universitários no país. Em 1965, 156 mil. Nesta época, o sistema universitário crescia a pouco mais de 7% ao ano. Projeções de crescimento "natural", a partir destes dados, fariam prever no máximo 300 mil estudantes para 1971. No entanto, nesse ano já havia quase 600 mil. Em 1977, o numero de estudantes nas escolas superiores brasileiras já deverá ser superior a um milhão e meio. Cresceram as turmas, cresceram as escolas. Grande parte deste aumento foi absorvida por faculdades isoladas, de filosofia, de direito, administração, comunicação. A maioria, escolas privadas, que cobram caro, investem o mínimo, e batem à porta do erário público pedindo auxílio.

Estamos melhor agora do que há dez anos? Sim, no sentido de que tem muito mais gente em escolas superiores agora do que antes. Não, no sentido de que os problemas são ainda maiores. O numero de candidatos por vagas não diminuiu, e tende a aumentar, principalmente para as carreiras mais tradicionais. Os exames vestibulares em massa apresentam resultados com uma correlação totalmente desconhecida tanto com qualidade da formação anterior do candidato quanto, principalmente com suas possibilidades de fazer um bom curso e ser um bom profissional. A qualidade dos cursos superiores caiu, já

[1] Preparado para publicação em Isto É, Fevereiro de 1997.

que não houve possibilidade de formar professores e criar instalações no ritmo correspondente à explosão de matrículas. O crescimento das vagas não obedeceu a nenhum planejamento que levasse em conta, por exemplo, as possibilidades do mercado de trabalho. O controle da qualidade dos cursos que surgem por todo o país tornou-se tarefa impossível para os órgãos de governo que tem tal atribuição. Tentando melhorar as coisas, o governo passou a exigir nível de pós-graduação para professores universitários, e tratou, logo a seguir, de criar um sistema de cursos para atender a esta exigência. Em menor escala, o fenômeno do vestibular passou a se repetir na pós-graduação, inclusive com o surgimento de "cursinhos" especializados. Pressionados pela exigência de titulo, ou em busca de uma qualificação mais profissional do que a proporcionada pela universidade, cria-se uma demanda sobre estes cursos, muito superior a capacidade que tem de atendê-la; porque, afinal, e necessário, ter doutores para ensinar nos cursos de mestrado...

Cada um destes problemas tem soluções que parecem razoáveis. É possível controlar mais o credenciamento de cursos, melhorar tecnicamente os vestibulares, formar doutores no exterior, informar melhor os candidatos sobre as demandas do mercado de trabalho, ir melhorando a qualidade do ensino secundário, reciclar os professores, melhorar as bibliotecas e laboratórios... Mas e o conjunto de tudo isto que espanta. Quanto custará? Qi3iem fará tudo isto? E, afinal, a demanda que existe sobre o sistema universitário brasileiro ainda e pequena, se levarmos em conta que nossa educação secundária só a tinge uma percentagem pequena da população. Que acontecerá quando todos puderem ir a escola secundária, e baterem às portas da Universidade? As soluções buscadas até agora para o problema universitário se parecem as "soluções" de nossas grandes cidades aos problemas de transito: mais avenidas, mais pontes, mais túneis, mais demolições - e o resultado tem sido sempre mais carros,mais congestionamento, mais poluição, e as reformas intermináveis. A crise do petróleo e os índices críticos de poluição já mostraram que chegou o momento de parar para pensar sobre o crescimento de nossas cidades. Não será chegado, também, o momento de parar para pensar sobre nossas universidades?

É necessário voltar atrás, e repensar algumas coisas que parecem óbvias. Para que serve, mesmo, a educação? Qual a relação que existe, mesmo, entre educação e desenvolvimento? Como entra, neste quadro, a Universidade?

De Bolonha a Bonifácio

Tradicionalmente, as escolas superiores parecem ter tido por objetivo a defesa da alma, do corpo e da propriedade. É nesta concepção que são criadas as universidades mais antigas, no estudo da Teologia, da Medicina e do Direito. Mas a própria idéia de "objetivos" já é enganosa, porque varias são as partes interessadas, e nem todas com os mesmos interesses.

De fato, pareceria que o principal objetivo de uma das primeiras universidades, a de Paris, criada Île de la Cité no Século XII, foi a de constituir uma guilda profissional de professores - uma corporação similar, digamos, à dos padeiros e ferreiros. A Universidade era uma associação de pessoas que tinham o direito de dar a outras o título de "mestre", ou equivalente, ou seja, de admitir novos membros e licenciá-los para o exercício da profissão. Os alunos eram pessoas que, devidamente acreditados pela Universidade, buscariam posições no clero e nas cortes. Na Itália, onde surgiu a primeira universidade de que se tem notícia, a de Bolonha, o objetivo principal era a defesa dos próprios alunos. São eles que se estabelecem como uma corpo ração, que contratam e controlam os professores, que decidem o que deve ser ensinado. Em ambos os casos é a Igreja, enquanto poder secular e temporal, que reconhece as corporações, dá privilégios, e garante os monopólios de ensino e exercício profissional.

Isto não significa que a Universidade medieval tenha sido uma simples extensão da ação da Igreja. É certo que a educação e o estudo daquela época consistiam, essencialmente, em buscar pela via da razão aquelas verdades que a Igreja já conhecia pela via da fé e da revelação. Mas a própria doutrina dos dois caminhos para a verdade já implica reconhecer, para a Universidade, um lugar próprio e distinto em relação à hierarquia da Igreja. E isto fica ainda mais claro quando as universidades italianas descobrem que, afinal, a retórica é tão importante quanto a lógica, abrindo assim lugar para o reconhecimento do direito de discordar e debater.

O conhecimento preciso desta história tão antiga é menos importante do que a lição que tiramos dela: a de que na Universidade coexistem sempre, pelo menos, estes três objetivos principais, os dos estudantes, os dos professores e os da sociedade como um todo, que a reconhece e a sustenta. São objetivos inseparáveis, mas nem por isto harmônicos: uns precisam dos outros, mas cada qual à sua maneira. Por isto se chocam, e este é o fio da meada que nos ajudará a seguir as idas e vindas dos caminhos da universidade.

Já no século XII a Universidade de Paris incluía uma faculdade "inferior", a de "artes". que continha tudo aquilo que não fosse teologia, direito e medicina. É nas faculdades de artes, nas academias e nas sociedades científicas, formadas a partir do renascimento, que vai se desenvolvendo o conhecimento das ciências naturais que, pouco a pouco, ganham respeitabilidade e passam a ser admitidas nas universidades tradicionais. O espírito renovador chega, com atraso, a Portugal, quando Pombal enfrenta a tradição jesuítica e transforma profundamente a Universidade de Coimbra. É lá que se forma José Bonifácio de Andrada em Ciências Naturais e Leis, sendo admitido na Academia de Ciências que recém se criava e enviado para estudar geologia na Alemanha e outros países europeus. Este é o mesmo Bonifácio de Andrada que estava destinado a ser o reitor da primeira universidade brasileira, a ser criada por D. João, mas que não chegou a existir. D. João cria no Brasil instituições de ensino e pesquisa de fins estritamente utilitários - uma escola militar, um

laboratório químico-prático, uma escola de medicina em Salvador e outra no Rio, uma escola de Direito - mas se recusa a criar uma Universidade, numa atitude que seria mantida inclusive por seu neto, Pedro II, que tivera Bonifácio, o Patriarca como seu tutor e fora, reconhecidamente, um amante das ciências. Como explicar esto?

De D. João a Mesquita Filho

A chave para a resposta parece estar em que, para o Império, bastavam as escolas profissionais. Talvez tenha sido esta a memória que ficou, na administração portuguesa que herdamos, da reforma pombalina: de que a única função das escolas superiores é a de formar os profissionais que interessam ao país, deixando de lado a idéia de uma universidade que trazia, inevitavelmente, o conceito de corporação e o direito à livre busca e discussão de idéias. Em suas origens, eram corporações religiosas; depois, a partir do exemplo da universidade napoleônica, eram corporações laicas, que tendiam ainda mais a se constituir em centros de livre pensar e especular, reivindicando para si liberdades e direitos que os cidadãos ordinários não ousavam. Nem a República alteraria muito o quadro. Nossos republicanos eram em sua maioria positivistas, algo que poderia parecer progressista e avançado em nossos meios, mas que era profundamente marginal e conservador na própria França. Em nome da ciência, tinham uma concepção rígida e autoritária da organização social e política do país, onde não haveria lugar para uma corporação de livres pensadores. Para eles, universidade era sinônimo de "pedantocracia" e pedantes eram todos os que não se submetiam aos dogmas do catecismo positivista.

Formalmente, a Universidade do Brasil é criada em 1920, como união das escolas de Direito, Medicina e Engenharia do Rio de Janeiro, dizem que para poder outorgar ao Rei Aberto, da Bélgica, o título de doutor _honoris causa,_ em sua visita oficial ao Brasil. Em sério, no entanto, é o modelo de Paris que começa a se manifestar no início do século na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O dogmatismo do ensino positivista começa a ser desafiado pela obra de Otto de Alencar, que dá origem a um grupo de jovens matemáticos e cientistas - Amoroso Costa à frente - que terminam por colocá-lo abaixo. É este grupo que forma a Associação Brasileira de Educação, que começa a agitar a idéia de uma universidade brasileira, universidade que não fosse um simples agregado de escolas profissionais, mas que fosse, essencialmente, científica. Em que os critérios de qualidade intelectual prevalecessem sobre quaisquer outros. Em que a busca livre e desinteressada do conhecimento fosse mantida e desenvolvida como seu fulcro. Só assim o país sairia do atraso, só assim poderia se instaurar um verdadeiro espírito científico e experimental no ensino. Revolução similar já vinha ocorrendo na Medicina, com a introdução de mó todos experimentais, com a incorporação dos princípios de Pasteur pelo grupo que iria constituir o Instituto de Manguinhos.

A propaganda em prol de uma universidade moderna atinge seu clímax com os "inquéritos" promovidos por Fernando de Azevedo através do "O Esta do de São Paulo", em 1926, e pela Associação Brasileira de Educação, publica dos em 1929. A idéia de uma faculdade de filosofia e ciências, como centro da universidade, é dominante, e é posteriormente incorporada ao Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado pelo governo Vargas em 1931 sob a égide de Francisco Campos. Este estatuto, no entanto, é de compromisso: ele aceita a Faculdade de Filosofia ao lado das Escolas profissionais, que podem assim continuar sua existência como se nada houvera passado.

A esta altura a idéia de uma universidade de sábios já se combinava, quase imperceptivelmente, com a idéia de uma universidade para os estudantes: Paris e Bolonha. A Associação Brasileira de Educação empunha a bandeira da escola pública, ensino leigo, de massas, experimental, científico, em todos os níveis, A universidade é só um dos tópicos deste amplo programa. Com Anísio Teixeira, na prefeitura de Pedro Ernesto, cria-se no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal, corporificando os ideais da Escola Nova, para ser fechada logo depois sob a suspeita de esquerdismo. Os ideais de educação para as massas, de modernização da sociedade pelo Estado, são assumidos pelo Estado Novo através da reforma Capanema, que, no entanto, parece ter herdado os antigos preconceitos positivistas contra a corporação universitária. É em São Paulo de Armando Salles e Júlio de Mesquita Filho, no entanto, que o modelo de Paris iria assentar raízes. Derrotado em 32, o grande estado decide ganhar, no plano das idéias, o que havia perdido no embate político e militar. Teodoro Ramos, matemático do grupo carioca de Amoroso Costa, parte para a Europa em busca de professores de alto nível para formar a nova e revolucionária Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O projeto é radical e ambicioso: os catedráticos serão exclusivamente professores estrangeiros, sem vínculos com a tradição de nossas antigas escolas profissionais.

A grande dificuldade da Faculdade de Filosofia, desde sua implantação, é ser aceita pelas antigas escolas profissionais. Havia, é claro, interesses criados, que se viam ameaçados pela idéia de que a nova Faculdade centralizaria o ensino das ciências em todas as escolas. Havia também a noção de que esta era uma iniciativa de visionários sem contato com a realidade, buscando a ciência pura, quando o que faltava era o sentido prático das coisas, e complicando a vida desnecessariamente. No fundo, havia o confronto eterno entre dois modelos, dois objetivos da instituição universitária: o dos alunos e seus professores, que buscavam um credenciamento social e profissional da maneira mais "prática" e eficiente que fosse; e o dos cientistas, pesquisadores, e seus discípulos, que queriam que a universidade fosse um centro de desenvolvimento de novas idéias e novos conhecimentos. Estes dois objetivos não são excludentes, já que, para se formar, e necessário estudar, e quem estuda e pesquisa tem direito, sem dúvida, a um credenciamento. Mas as ênfases e as prioridades são suficientemente diferentes para muitas vezes não se reconciliarem, apesar de terem que

conviver umas com as outras.

A segunda guerra mundial traz a cena o terceiro grande interessado em "para que serve a universidade". Naquele momento, ela talvez servisse para ajudar o país no esforço de guerra, da mesma forma que os cientistas, tantos anos antes, tinham ajudado o país a se livrar da febre amarela (daí surgindo o Instituto Manguinhos) e da broca do café (vindo daí o Instituto Biológico de São Paulo). Agora era o momento da tecnologia. Os navios brasileiros estavam sendo afundados, o Brasil não dispunha de sonares para localizá-los. Quem poderia construí-los? a nossa indústria de baixíssima tecnologia? Nossas escolas de engenharia, de ensino rotinizado e sem nenhuma tradição de pesquisas? A resposta foi dada pelos físicos "teóricos" da Faculdade de Filosofia, que foram capazes, efetivamente, de redescobrir a tecnologia de produção de aparelhos emissores e receptores de ultra-som, distribuir *know-how* para a indústria local para a produção dos componentes, e fornecer à marinha de guerra os 80 aparelhos altamente sofisticados que ela necessitava.

Abrem-se as comportas

Terminada a guerra, caída a ditadura, um tempo de paz e fartura se anunciando para o futuro, os três objetivos, as três "almas" da universidade se desenvolvem em ritmos distintos. Cresce, acima de tudo, a universidade como o pináculo de um sistema de educação que se pretende cada vez mais universal. Novas universidades são criadas, reconhecidas e federalizadas. O modelo da reforma Francisco Campos, combinando escolas isoladas e faculdade de filosofia, é adotado em toda a parte, mas sem a inspiração paulista: esta não passam, na maioria dos casos, de escolas de formação de professores secundários. No comando deste grande processo, cresce o Ministério da Educação, que procura padronizar, regulamentar, organizar e supervisionar expansão tão desordenada.

A universidade como pesquisa e como tecnologia também se afirma, por outros caminhos. Aqui, vai se formando em muitos a idéia de que a universidade profissional não é o lugar mais adequado para o desenvolvimento, atividade científica e para a formação de profissionais de alto nível. Em São Paulo, forma-se o Instituto de Pesquisas Tecnológicas como autarquia, separado da Universidade. Em São José dos Campos, cria-se o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. No Rio, instala-se o Conselho Nacional de Pesquisas, com Almirante Álvaro Alberto. Sua intenção era dar início, no Brasil, à pesquisa para a era atômica. Faltaram condições e o CNPq transforma-se em um núcleo de apoio ao pesquisador individual, não sem antes ter formado com César Lattes, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do qual surge o Instituto de Matemática Pura e Aplicada,

A discussão sobre o lugar mais adequado para a pesquisa, dentro ou fora da Universidade, é um debate entre a velha Universidade de Paris e o Estado, com a exclusão de Bolonha. Não é surpresa verificar que é a Universidade de São Paulo, e sua Faculdade de

Filosofia, que se transformam em um baluarte das idéias de que os cientistas são um grupo autônomo, que devem ter direito de estabelecer suas próprias prioridades, e não podem ser conduzidos pelas exigências imediatistas dos órgãos governamentais. Esta preocupação e-xiste também em Institutos de pesquisa isolados que, apesar de situados fora da Universidade, se identificam com ela, É quando um destes institutos, o Butantã, se vê ameaçado, que se cria a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nos moldes da American Association for the Advancement of Science, fundada em 1848. Com isto, os cientistas passam a ter um princípio de corporação profissional que o nosso sistema universitário não lhes proporcionava, e ao mesmo tempo os vínculos, a legitimidade e a proteção dos irmãos mais velhos do Norte.

É claro que estes cientistas e pesquisadores não querem se isolar dos alunos ou da sociedade, representada pelo Estado e pelos grupos econômicos e sociais. Ao contrário, o que eles querem e mostrar que são necessários, que são úteis, que podem servir - e é por isto que precisam de e merecem apoio. Mas este serviço tem condições: serão eles, os pesquisadores que dirão o que precisam, o que deve ser feito, o que deve ser ensinado. Nesta postura, existem grandes diferenças de atitude e opinião. Alguns gostariam de ver a universidade incorporando números cada vez maiores de estudantes, e tratando de atendê-los tão bem quanto possível; outros se preocupam mais com a qualidade, e querem deter a maré montante de candidatos lutando, a qualquer preço, pelo seu diploma. Outros se preocupam com o vínculo universidade-empresa, universidade-governo, e tratam de mostrar que ela pode ser eficiente e prática a curto prazo, deixando de lado os problemas do ensino: para estes, o Instituto isolado é, talvez o ideal. Mas, em todos os casos, e mesmo brigando entre si, todos são contra a interferência externa, contra o Ministério ou a Secretaria que querem dizer o que devem ensinar, o que devem pesquisar, como podem proceder.

Enquanto isto, os jovens continuam buscando, e cada vez mais, a universidade. Têm suas razoes. A diferença entre o salário de um trabalhador manual e o de um profissional universitário chega facilmente, no Brasil, a proporção de 1 a 30. É certo que algumas profissões já tem dificuldades no mercado de trabalho - hoje já é difícil para um arquiteto, sociólogo, advogado, psicólogo e mesmo médico recém formado conseguir emprego. Mas existem as leis que regulamentam as profissões e cuja principal função e garantir uma fatia de mercado de trabalho para si, na forma das antigas corporações. Nem sempre isto funciona, mas é sempre mais fácil reivindicar direitos com um canudo na mão. Na pior das hipóteses, a faculdade permite sempre adiar por uns anos o problema profissional. E será sempre possível prolongar os estudos em um mestrado ou, quem sabe, uma bolsa no exterior...

Para a grande maioria dos estudantes, a universidade é um canal de mobilidade social, que promete vantagens econômicas. Ela lhes dá uma credencial, uma autorização para o exercício de determinadas profissões e acesso a determinados empregos.

Existe, é claro, a questão dos conhecimentos que de veriam acompanhar esta credencial. Mas, para eles, este é um problema para os professores, ou para os futuros clientes. O desinteresse dos estudantes por estudar tende a ser grande. Importa, isto sim, passar. Existem muitas razões para isto. Urnas tem a ver com a autonomia da corporação universitária e educacional, que freqüentemente não tem como saber nem se interessa muito em acompanhar as necessidades efetivas de formação para o mercado de trabalho. Outras tem a ver com o fato de que, no Brasil, a predominância quase exclusiva das escolas de formação profissional colocam nela toda uma área de estudos que deveriam, a rigor, ficar adstritas a centros de pesquisa e formação científica. De uma maneira geral, o grau de exigência e qualidade de ensino de nossas escolas superiores é função da demanda de candidatos sobre elas, e não da natureza das atividades profissionais a serem depois exercidas.

Para a sociedade corno um todo, a universidade desempenha, também, vários de seus objetivos. As classes mais abastadas conseguem mandar seus filhos para as melhores universidades e escolas mais tradicionais, graças aos bons cursos secundários que freqüentaram e ao ambiente mais culto em que foram criados. Neste sentido, o sistema universitário ajuda o sistema social a se reproduzir, transmitindo de pais para filhos a educação, a cultura e as profissões. Esta função social fica certamente prejudicada pela massificação do ensino, tanto, quanto pelas exigências descabidas de alguns professores em exigir dos alunos conhecimentos acima dos necessários para o exercício digno da profissão.

Além disto, ao abrir uma perspectiva de mobilidade social, ela permite desafogar, ou pelo menos adiar por um bom tempo os problemas e tensões criados pela incapacidade do mercado de trabalho em absorver os jovens que nele buscam ingressar. É claro que estudantes, como corporação, muitas vezes apresentam veleidades de participação política e social que ameaçam a ordem das coisas. Mas o estudante que vem de baixo, lutando pelo seu lugar ao sol pela via educacional, geralmente não se interessa muito por estas coisas.

Para o Estado, esta função de controle social do sistema educacional surge muitas vezes com outra roupagem, a da chamada "teoria do capital humano". Traduzida em miúdos, esta teoria diz que, se um universitário ganha dez vezes mais do que um operário, é porque ele produz 10 vezes mais; senão o mercado não pagaria. A diferença entre a renda do operário e a do universitário é o produto de um investimento, feito pelo estudante, em sua própria educação. Agora, é só calcular quanto custo a educação, e verificar se não valeu a pena. As contas mostram que, em geral, vale. Assim, a educação surge como um investimento de rentabilidade supostamente tão mensurável como qualquer outro, e o melhor caminho para aplainar as diferenças de renda sem mexer diretamente em sua distribuição. É só multiplicar as escolas, que a Justiça social e o desenvolvimento econômico estarão atingidos.

A principal falácia deste raciocínio é que ele só funciona em termos

individuais e condições de *ceteris paribus,* isto é, quando todas as outras coisas - inclusive a proporção de pessoas com educação superior no país - permanecem como antes. A renda monetária de uma pessoa tem a ver, em parte, com produto de seu trabalho, mas também com as condições do mercado de trabalho, que pode ser mais ou menos monopolizado ou protegido. Ao se aumentar a escolarização, distribuindo mais credenciais profissionais a custa, quase sempre, da qualidade e utilidade do que se aprende, o que pode estar sendo gerado é um aviltamento do mercado ou seu corolário, que é a busca de garantias de privilégios corporativos. É quando os dentistas se voltam contra os práticos, os médicos preferem não ter bons enfermeiros, os engenheiros negam trabalho aos arquitetos, os psiquiatras negam aos psicólogos o direito, ao trabalho clínico e os sociólogos buscam, mais uma vez, regulamentar sua profissão, tudo isto com muito pouca produtividade social ou econômica.

De forma bem menos ingênua, a noção de que a função, ou o "objetivo" da educação é o desenvolvimento do país, passa a se difundir cada vez mais, chegando a ser a ideologia dominante. Graças a ela, todos podem sempre pedir mais educação, mais escolas, mais bolsas, mais vagas., mais recursos para pesquisa - haveria causa mais nobre? O outro lado da medalha é que, do lado dos que controlam os recursos, este passou a ser também um critério cada vez mais predominante em suas decisões. Para que serve esta pesquisa? Qual a rentabilidade deste instituto? Para que financiar, no Brasil, o desenvolvimento de tecnologias que podem ser compradas lá fora? O custo por aluno da Universidade de Campinas não estará alto demais, comparado, com o da Universidade Júlio de Mesquita? Não seria uma excelente idéia transformar todas as universidades ou institutos de pesquisa em sociedades anônimas? É claro que os técnicos que assim pensam são suficientemente sofisticados para entenderem que existem benefícios sociais não traduzíveis em valores monetários, assim como investimentos necessários mas de produtividade incerta ou demorada, ou investimentos de risco. Daí a busca de novos indicadores de produtividade social, de qualidade de trabalho, de *performance* científica.

Feitas com maior ou menor inteligência e sensibilidade, estas tentativas de planejamento racional da atividade universitária se chocarão sempre com o espírito das Universidades de Paris e de Bolonha. É uma relação que pode se manter através do tempo de forma razoável, porque o cientista precisa mostrar que produz, e os que planejam precisam desate produto. Mas é um equilíbrio delicado que pode facilmente se deteriorar, sempre que o planejador ignorar que está lidando, sobretudo, com pelo menos duas corporações.

As tentativas de enquadrar as atividades científicas e educacionais dentro de critérios de política governamental são sempre difíceis, e muitas vezes desastrosas. O enquadramento através de planos e sistemas de avaliação de tipo econômico é dos mais amenos, principalmente porque termina, na maioria das vezes, por agregar a demanda de recursos que existe no sistema educacional, e distribuir o que há de recursos tão eqüitativamente quanto possível em função da força política dos demandantes. Mais

complicadas são áreas como a da energia atômica, em que, com exceção talvez dos tempos de Almirante Álvaro Aberto, tem havido sempre uma ausência de contato entre os que se dedicam ao estudo da física e os que decidem a política neste setor. No momento em que o Brasil parece comprar uma briga com a administração Carter pelo direito de levar a cabo suas próprias pesquisas atômicas, seria o caso de examinar com cuidado como participam disto as pessoas e instituições responsáveis, em última análise, por gerar os recursos humanos necessários para que não fiquemos, na melhor das hipóteses, como bons "choferes de reatores".

Em tempos de expansão, há recursos para tudo, e os diversos objetivos da universidade tendem a ser atendidos sem maiores conflitos. O Ministério da Educação vai reconhecendo novos cursos, e buscando aperfeiçoar seus mecanismos de controle; os programas de pós-graduação proliferam; dinheiro para bolsas e pesquisa é distribuído em função da qualidade dos que pedem e dos interesses em jogo; e programas específicos de pesquisa - de fontes alternativas de energia, em geologia, agricultura, doenças tropicais, e tantos outros - são criados e estimulados. O planejamento global de tudo isto não pode passar, na realidade, de uma grande agregação do que já existe, unia tentativa de pelo menos saber o que está acontecendo. É quando os recursos começam a ficar escassos, e as pressões dos interesses criados pelo sistema científico, tecnológico e educacional cada vez mais intensa, que as coisas se tornam mais difíceis. Agora é necessário optar. Para isto, seria mais conveniente conhecer, antes, um pouco desta história que tratamos de esboçar, da Universidade de Paris ao CESGRANRIO.

De Anísio Teixeira a Ivan Illich

Para os Pioneiros da Educação Nova, que, nos anos 30, lançaram asa bases para a constituição do atual sistema educacional brasileiro, não haviam muitas dúvidas. O país tinha que se modernizar e se democratizar, e a educação universal era um instrumento fundamental para ambos os fins. A escola comum para todos, pública, gratuita e de tempo integral, seria o grande cadinho em que as diferenças de classe se atenuariam, e todos se preparariam para uma sociedade moderna, justa e igualitária Caberia ao Estado, como poder público, promover e estimular este processo, garantindo a qualidade de direitos e oportunidades. No entanto, quase meio século depois, parece que estamos ainda muito longe dos ideais de Anísio Teixeira e seus companheiros de visão. Aonde erramos?

Muitos dos erros eles próprios já anteviam. A manutenção de uma escola primária pública e uma escola secundária paga significava a adoção de um sistema dual de educação, um para os pobres, outra para os ricos e as classes medias. A centralização do sistema educacional em secretarias e ministérios impedia que as próprias comunidades assumissem a responsabilidade pela educação fundamental. Faltou uma vontade política de

colocar, no sistema universal de educação, todos os recursos que faziam falta.

Mas haviam outras dificuldades que eles não anteviam. Olhando o sistema educacional norte-americano, com suas desigualdades insanáveis, com uma capacidade inusitada de absorver recursos sem melhorar, o iconoclasta dos sistemas educacionais contemporâneos que é Ivan Illich decide que o erro está em sua própria existência. Não se pode confundir educação com escolarização, que são coisas totalmente diferentes. Para ele, existem dois tipos de educação Uma é de treinamento, de aprendizado de "pacotes" de conhecimento - no estudo de línguas, de aritmética, de geografia descritiva, de mecânica ou de programação para computadores. A escola faz isto, mas existem meios mais eficazes e diretos, fora do sistema escolar convencional. A outra função é de formação, de ajudar a pensar, a desenvolver problemas. Aqui, e necessário o relacionamento pessoal, o trabalho em equipe, a motivação dos estudantes e asa escolas, em geral, falham. Além de falharem do ponto de vista pedagógico, elas teriam uma serie de conseqüências negativas mais amplas, Elas acentuam a estratificação social, criando novas categorias de marginais - os que não conseguem passar, os "drop outs" que no Brasil são a grande maioria. Depois. tendem a crescer sempre, e todo o dinheiro é pouco, inclusive nos Estados Unidos, onde as desigualdades de qualidade de educação proporcionadas pelas escolas são enormes e estão correlacionadas com a riqueza e a raça dos alunos. Antes de serem centros de ensino, se constituem em agências de credenciamento para o mercado de trabalho, que seleciona as pessoas por um ritual de passagem que tom a ver mais com asa características sociais e culturais do que com as habilidades profissionais específicas que adquirem. E assim por diante.

Sempre melhor na crítica do que nas alternativas, IIlich, pela esquerda, termina encontrando-se com Milton Friedman, na direita, para propor diretamente a eliminação das escolas. Cada qual que estude como quiser e on de puder o governo que distribua recursos para a educação mas não interfira em seu uso, e o mercado que se encarregue de decidir o que vale e o que não vale. Pensada para os países capitalistas mais avançados, esta proposta tal vez não seja a melhor para sociedades, como a brasileira, onde a economia de mercado competitivo é, em grande parte, uma ficção.

Mas é possível reter, de qualquer forma, a percepção de que o crescimento contínuo da educação, universidade para todos, e um fim inatingível, desnecessário e extremamente caro para todos. E, a partir daí, começar a pensar em novos caminhos.

Receita para uma revolução da Educação

Trata-se de uma receita ainda não experimentada, e por isto, de resultados incertos. Colocá-la em prática não seria fácil, já que mexeria com interesses estabelecidos, perspectivas de futuro e percepções do mundo de milhões de pessoas. De qualquer forma,

vale a pena começar a pensar nela, já que a alternativa de continuar a melhorar o atual sistema não parece ter muito futuro. Como desafio, aí vai:

Objetivos	**Meios**
1. fazer com que a educação deixe de ser um formalismo onde predomina o ritual de passagem e a estratificação social por anosa de estudo.	Separar educação de escolarização. Misturar os diversos níveis: superior, médio técnico, profissional. Eliminar o registro de diplomas e a utilização de anos de escola como critérios para contratação e pagamento de pessoas.
2.elevar o nível educacional da população	utilizar ao mesmo tempo toda a gama de recursos educacionais disponíveis; alfabetização intensiva, cursos por correspondência, formação de técnicos e profissionais de vários níveis e tipos dentro de cada "carreira" tradicional, etc.
3. eliminar a educação ritualista e o aprendizado de coisas inúteis.	terminar com a padronização de currículos e programas de estudo; garantir e estimular liberdade de invenção, novação e experimentação em todos o níveis.
4. vincular o ensino à realidade da vida das pessoas.	transferir de fato a responsabilidade de das escolas a associações de bairro, grupos de vizinhança, unidades residenciais, etc.
5. garantir a democratização do ensino.	proporcionar recursos públicos para a educação em todos os níveis, na forma de doações periódicas a serem renovadas em função da avaliação da performance dos cursos, pela própria comunidade e por peritos educacionais;
6. garantir a liberdade de estudo.	sistema de vouchers - bônus dados pelo governo aos alunos, que os utilizam nas escolas que preferirem.
7.garantir a qualidade do ensino	forçar a livre competição entre escolas, cursos, programas, no mercado de trabalho e de alunos. Cada escola atrairá os alunos por sua reputação, e estes irão para o mercado de trabalho munidos de um certificado que vale tanto quanto sua escola.
8. acabar com os monopólios das corporações profissionais	eliminar o registro oficial de diplomas, a regulamentação das profissões e a existência de associações profissionais únicas.
9.evitar o charlatanisamo.	permitir que os profissionais se organizem em tantas associações quantas queiram, cada qual se responsabilizando pela qualidade profissional de seus filiados. Educar o público a distinguir.
10. estimular o desenvolvimento de ciência e tecnologia.	criação de institutos e centros de estudos e pesquisa estritamente científica regidos pelos próprios cientistas e separados da formação

	de profissionais para o mercado de trabalho.
11. reduzir a pressão sobre a Universidade.	eliminar o vestibular unificado; eliminar a exigência de curso secundário para entrar na Universidade (bastam os critérios de seleção de cada escola). Eliminar o exame classificatório.
12. reduzir a burocracia.	todo o ensino, passa a ser feito por instituições autônomas de utilidade pública e direito privado (tipo fundações). Os órgãos governamentais - MEC, secretarias de educação, etc. seriam transformados em órgãos de apoio técnico e pedagógico, e de estudos para o estabelecimento de prioridades.
13. evitar o caos generalizado.	não se preocupar com o excesso de ordem, já que ela pode ser só aparência e burocracia; ir se acostumando à idéia de que o mundo é complicado...

Fontes para continuar a pensar

A bibliografia brasileira e internacional sobre educação é enorme. Um apanhado geral, sugestivo, caótico, irritante, inteligente, etc., é o de Lauro de Oliveira Lima. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*, (Editora Brasília, saem data). A idéia dos "modelos" de Bolonha e Paris vem de Lord Bowden, da Universidade de Manchester ("The crisis of World Universities: 700 hundred years anarchy", *The Philosophical Journal*, 8,1971). A história está resumida também na Enciclopédia Britânica. Para o papel do positivismo e sua superação na universidade brasileira, ver Antônio Paim, *História das Idéias Filosóficas no, Brasil* (Grijalbo-USP, 1974), e sua introdução ao livro de Amoroso Costa, *As Idéias Fundamentais da Matemática* Grijalbo-USP, 1971). além, é claro, de Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil* (Brasiliana, vol. 322). A melhor referência até hoje sobre desenvolvimento das ciências no, país é a obra coletiva de Fernando de Azevedo, *As Ciências no Brasil*, publicada pela Melhoramentos em 1955, Outras obras de Fernando de Azevedo ajudam a entender o clima vivido, na época das reformas dos anos 30 (principalmente, *Novos Caminhos e Novos Fins (A Nova Política de Educação no Brasil)*,1931. De Anísio Teixeira, uma primeira aproximação é *Educação não é Privilégio*, publicada em segunda edição em 1968. O livro de Ivan Illich está publicado em português como *Sociedade sem Escolas* (Vozes, 1973, 2a. edição). Há muito mais, mas este já e um bom começo.